

Digitalizado pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/index:edelweiss>

FREDERICO G. EDELWEISS

//

ESTUDOS
TUPIS E TUPI-GUARANIS
CONFRONTOS E REVISÕES

LIVRARIA BRASILIANA EDITORA
RIO DE JANEIRO
1969

tos substituindo o *a* final por *daba*, ou com outras palavras: acrescentando *daba* à forma do indicativo.

nhemosainana — ocupar-se;
a nhemosainan — eu me ocupo em;
nhemosainandaba — ocupação.

Nhemosainambaba só seria admissível se o verbo fôsse *nhemosainama*, porque só os terminados em *ma* substituem o *a* final por *baba*.

Bastam êsses poucos exemplos para mostrar que uma boa edição comentada requer algo mais do que simples oportunidade e coragem.

No entanto, mais uma vez, sejamos eqüitativos. Se é verdade que o reeditor do *Vpb.* afeou a sua edição com alterações descabidas, também é verdade que não lhe cerceou os préstimos.

Em quase tôdas as alegadas correções por nós apontadas mostrou cândidamente as suas desnorteantes falhas, transcrevendo também a forma original correta⁽²⁰⁾. É o seu mérito, a par da leitura cuidadosa. O valor em si do *Vpb.* na sua segunda impressão não continua, pois, apenas intato, mas em muitos pontos supera o da primeira.

Infelizmente não podemos afirmar o mesmo do nosso tupinista anotador, cujo nimbo de lingüista tornou a empalidacer sensivelmente com essa publicação, pela ignorância dos rudimentos mais elementares do tupi.

(20) — Em alguns casos, entretanto, o editor não indicou a forma que figura no original. Nos verbetes *levantar-se* e *madrugar*, por exemplo, substituiu *apuam* e *aropuam* por *apuã* e *aropuã*, sem o revelar. Mais outras correções descabidas poderão ser respigadas pelos interessados.

IV

O DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO e BRASILIANO-PORTUGUÊS

A — O DICIONÁRIO PORTUGUÊS E BRASILIANO (*Dpb.*)

São freqüentes, quiçá fastidiosas, as referências que fazemos nestes estudos ao *Dpb.* e às diferenças que o distinguem do léxico tupi, do *Vlb.* ou seja da língua brasileira dos jesuítas. Mas, como nada esclarecem simples afirmativas, por mais veemente seja o seu enunciado, urge concretizarmos a nossa opinião com dados mais precisos, tanto sôbre a provável origem da obra, quanto às peculiaridades mais características do dialeto em si. É nêles que terá de estribar-se o conceito em que temos o *Dpb.*, a definição que damos do *brasiliano* e a justificativa da própria denominação.

O prefácio à reimpressão de São Paulo⁽¹⁾ historia com amplos pormenores a I. edição do *Dpb.* de 1795, a identificação do seu editor e do manuscrito original existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Reconhece, outrossim, que o vocabulário contido na *Poranduba Maranhense*⁽²⁾ nada mais é do que o reverso do *Dpb.*, isto é, a parte brasileira — portuguesa, composta por um franciscano, certo frei Onofre, segundo o testemunho de frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão⁽³⁾, seu irmão de Ordem. Excede-se, entretanto, o prefaciador, quando atribui também a I. parte a frei Onofre sem aduzir qualquer prova em apoio da

(1) — Publicado no tomo 18 da *Revista do Museu Paulista*; S. Paulo, 1934.

(2) — *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*; tomo 54, parte I.

(3) — *Ibidem*; p. 187.

sua afirmação⁽⁴⁾. Isso não obsta a que frei Onofre possa ter sido o autor efetivo de ambas.

Passando a referir-se aos méritos do *Dpb.* como documento lingüístico, Ayrosa preferiu dizer pouco, pois muito pouco sabia, na ocasião, da verdadeira língua tupi. Duas linhas apenas, mas de porte nefasto, pois nelas declara, que o *Dpb.* e o seu reverso, o único dicionário que tinha para oferecer aos seus alunos do Curso de Tupi, já não documenta com exatidão o falar do aborigene, ou seja dos verdadeiros tupis.

É verdade; mas esse melancólico reconhecimento, à porta de entrada, equivalia na prática à uma sentença de morte à disciplina, que se pretendia ministrar.

Na verdade, a língua, que o *Dpb.* retrata, nunca foi falada por legítima tribo tupi, mas por índios outros, aculturados, e pelos mestiços de toda a casta, do Maranhão e Pará ao raiar o Setecentos⁽⁵⁾.

Aliás, é um fato, que, em 1934, Ayrosa não podia saber.

No entanto, o *brasiliano* não é apenas um dialeto tupi, que sofreu as influências do tempo, de outras línguas indígenas e do português.

Da língua-geral bahiana ou vicentina, não se originariam nunca certas formas léxicas, que dão o cunho todo peculiar ao *Dpb.* e aos vocabulários *brasilianos* em geral.

É que na raiz deles não está o tupi dos jesuítas, mas o dialeto tupinambá do Maranhão, que só a superficialidade das breves análises ousará identificar com o tupi unificado, como já mostramos.⁽⁶⁾ Demais, da costa de Pernambuco a São Vicente não se verificaram influências lingüísticas apreciáveis de outras famílias indígenas, enquanto no Maranhão e no Pará elas foram contínuas, sempre renovadas por novos descimentos.

Quem fez um exame intrínseco do *Dpb.* foi D. Paula Martins, em 1946, nas suas *Notas referentes ao Dicionário Português-Brasiliano e Brasileiro-Português*⁽⁷⁾.

(4) — Esse reparo já foi feito por *Maria de L. de Paula Martins*, no seu estudo *Notas Referentes ao Dpb. e Bp.* no *Boletim Bibliográfico*, 12; pp. 130-32.

(5) — A comparação do *Dpb.* com o *Vpb.*, um vocabulário tupinambá do Maranhão, da mesma época, é disso uma prova.

(6) — Veja o capítulo: *Em Lingüística, Tupinambá não é Sinônimo de Tupi.*

(7) — *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal de São Paulo* n.º 12;

Examinou o Manuscrito e notou-lhe as deficiências. Nem sempre a letra é de leitura fácil e a grafia coerente. O confronto do original com o *Dpb.* revelou, por seu turno, deficiências graves na reprodução. Há falhas de transcrição, definições trocadas, alterações intencionais, omissões e acréscimos.

A vista desse resultado é compreensível, que D. Paula Martins alvitre nova edição do *Dpb.* cuidadosamente calcada no manuscrito da Biblioteca Nacional⁽⁸⁾.

Estamos inteiramente de acôrdo com essa recomendação. Impõe-se, quanto antes uma edição crítica do *Dpb.*

A comparação do manuscrito do *Dpb.* com o reverso de frei Onofre revelou a D. Paula Martins, que, também entre eles, existem pequenas divergências⁽⁹⁾.

Parte delas foge, entretanto, à nossa análise, porque o manuscrito de frei Onofre não chegou até nós. Já não possuímos, nem mesmo o traslado declaradamente retocado de frei Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão, mas apenas uma cópia dele, presumivelmente fiel⁽¹⁰⁾.

Não está de todo excluída a possibilidade de a reversão de frei Onofre ter sido feita sobre outro manuscrito algo diferente.

Seja como fôr, a edição crítica da obra deve ser baseada principalmente na comparação entre os manuscritos do *Dpb.* e do vocabulário da *Poranduba Maranhense* para ambas as partes.

Até aqui pudemos acompanhar D. M. de Paula Martins não somente sem restrições, mas com francos aplausos a seu metucioso confronto.

Tanto mais sentido ficamos, quando nos vimos constrangido a estacar, ao penetrar ela nos domínios da cronologia.

Cada vez que D. M. de Paula Martins abandona a tarefa do confronto material dos manuscritos e reproduções impressas, para abordar o problema da sua origem, ela nos dá a impressão de estar sendo vítima de uma idéia fixa, que lembra influências da fase inicial dos estudos tupis, em S. Paulo. A primeira reimpressão feita então foi, como vimos, a do *Dpb.* e, à página 12 do prefácio, está claramente expressa a opinião de ser ele

(8) — *Ibidem*; p. 129.

(9) — *Ibidem*; pp. 132-136.

(10) — Compare a revelação do furto dos manuscritos da *Poranduba Maranhense* e da obtenção de uma cópia por Cesar Augusto Marques. *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*; tomo 54, parte I. pp. 279-80, também referido no prefácio de Plínio Ayrosa.

“escrito evidentemente⁽¹¹⁾ em época muito anterior a 1751, como prova(?) a existência do manuscrito na Biblioteca Nacional”⁽¹²⁾.

Façamos, pois, uma síntese das afirmativas de D. Martins, que recuam a feitura do manuscrito e vejamos os argumentos em que as apóia, a fim de opor a cada qual as reservas cabíveis.

“Deve ter sido um dos cadernos organizados para missionários devotados à catequese, nos primeiros séculos da colonização nacional, quando eram raros, ou ainda em organização, os vocabulários e artes tupis”⁽¹³⁾.

Esses primeiros séculos devem ter sido pelo menos dois. Mas, duzentos anos de colonização nos levariam praticamente à data inscrita no manuscrito do *Dpb*. Não é certamente onde D. Martins quer chegar, pois logo a seguir restringe êsses primeiros séculos a uma época em que deviam ser

“raros ou ainda em organização os vocabulários e artes tupis”⁽¹⁴⁾.

Ora, sabemos que o vocabulário, uma gramática e um catecismo dos jesuitas estavam prontos para o prelo na última década do Quinhentos, em que a gramática foi efetivamente impressa⁽¹⁵⁾.

Dando uma boa margem de tolerância, podemos afirmar que, em 1625, corriam impressos duas gramáticas e um catecismo, além de cópias manuscritas do vocabulário. Todos os quatro compêndios estavam, então, definitivamente organizados.

Será possível que D. Martins queira recuar a data do *Dpb*. até perto de 1600 ou ainda além?

(11) — O termo *evidentemente* é sempre usado por Ayrosa quando lhe falta a prova.

(12) Não vemos como a simples presença na Biblioteca Nacional possa provar, que um manuscrito, datado de 1751, seja muito mais antigo.

(13) — *Notas referentes ao Dpb. e Bp*; Bol. Bibliogr. 12, p. 123. Veja também o Boletim n.º 7 da Cátedra de Etnografia da Fac. de Filosofia de S. Paulo.

(14) — *Ibidem*. Pelo Prefácio do seu Boletim n.º 7 vê-se, que Ayrosa se deixou convencer facilmente pelos argumentos de D. Paula Martins.

(15) — A de Anchieta, cuja I. edição data de 1595.

Apesar da sua insinuação, ficamos um tanto em dúvida, pois pouco abaixo se mostra como que duvidosa no aquilatar a proclamada vetustez, ao dizer:

“É de supor (!) o vocabulário de época anterior” a 1751⁽¹⁶⁾, onde apenas supõe e se contenta com qualquer época antecedente a 1751.

As razões dessa sua vacilante opinião a favor de maior antiguidade do manuscrito do *Dpb*. são, inicialmente, as seguintes:

“Parece caderno longamente usado. — Caligrafia diversa, em tinta diversa da original, acrescenta ao vocabulário, de pp. 2-72, notas como: *é antigo, não se usa, isto pouco se usa, é pouco usado*, o que implica envelhecimento de vocábulo e obriga a admitir, que o caderno foi utilizado tempos após a organização do vocabulário nele contido. Datado de 1751, é de supor o vocabulário de época anterior”⁽¹⁷⁾.

Também aqui pedimos vênia a D. Martins para não lhe acompanhar o raciocínio. Logo na primeira linha tropeçamos na expressão *longamente usado*, que reflete idéia preconcebida, a intenção de aumentar a idade do manuscrito. O que devia ter dito é: *muito usado*, que exprime coisa diversa, pois não atinamos com que processo se possa, a olho, distinguir, num manuscrito antigo muito usado, se o número dos manuseios se deve a poucos anos de consultas freqüentes, ou digamos, a século e meio de serventia mais espaçada. *Gasto pelo uso* não é necessariamente sinônimo de *antigo*.

Quanto às notas: *é antigo, não se usa, é pouco usada*, apostas a certos verbetes do manuscrito, permita-nos D. Martins declararmos que nada provam a favor de maior antiguidade do *Dpb*, como nada prova a sua ausência no reverso de frei Onofre⁽¹⁸⁾.

E nada provam pelo seguinte:

Os missionários franciscanos, que na época chegavam ao Maranhão, tiveram de aprender a língua da terra pelos compêndios existentes. Os mais acessíveis deviam ser os catecismos de Araújo, de Bettendorff e a gramática de Figueira, impressos em 1686 e 1687 por Bettendorff.

(16) — *Notas referentes etc.* Bol. Bibliogr. 12; p. 123.

(17) — *Ibidem*; p. 123.

(18) — *Ibidem*; p. 133.

De obtenção mais difícil seria uma cópia do *Vlb*, que nunca fora publicado. Na base desses tratados cada frade ou cada comunidade elaborava as suas próprias notas auxiliares, combinando as lições dos compêndios com o aprendido na prática diária. Foi dessa maneira que se organizaram nas missões ou conventos franciscanos todos os vocabulários brasileiros, que, ao lado de certo número de termos pouco usados ou arcaicos, tirados na mesma ocasião dos velhos compêndios jesuítas, tratam o estado da língua-geral da época, no Maranhão e Pará.

Alguns frades mais caprichosos, com a prática, foram anotando as palavras obsoletas, como vemos no manuscrito do *Dpb*.

Mais minucioso ainda foi o autor do manuscrito publicado na *Crestomatia*, de *Ferreira França* e reproduzido, em São Paulo, com o título de *Vocabulário Português-Brasilico (Vpb.)* (19).

Esse frade após a dezenas de verbetes observações como: *vulgar, segundo o Catecismo, segundo a Arte, não se usa etc.*

Vulgar será de uso mais comum; mas, não se usa significará que o verbete foi arrolado muito antes da observação?

De forma alguma, porque tanto o verbete como a nota são aqui do autor. Por que, então, registrou palavras que já não se usavam? Pela mesma razão que o fez o autor do *Dpb*. Registrava-se o sentido das palavras ouvidas ou lidas. Das lidas, algumas talvez já não se usassem. O autor do *Dpb*, não se preocupou com essas particularidades; porém, outro frade, apenas interessado na língua corrente, terá feito as notas restritivas.

O compilador do *Vpb*, foi mais meticoloso; inventariou o que lhe pareceu útil nos seus estudos, apondo, em certos casos, uma nota esclarecedora.

D. Maria de Paula Martins supõe que outro dos raros lingüistas entre os nossos franciscanos, geralmente pouco dados a tais estudos (20), chegou até a guindar-se a gramático, compondo, entretanto, apenas a relação dos advérbios. São quatro folhas escassas, que, pomposamente, o frade intitula *Livro dos Advérbios*.

Trata-se, entretanto, de simples adaptação do respectivo capítulo da gramática do pe. Figueira, cuja segunda edição fora publicada em 1687. O frade nada mais fez do que inserir ou

(19) — Veja o nosso capítulo dedicado especialmente à sua apreciação.

(20) — Segundo o jesuíta pe. Pero Fernandes Monteiro, citado corajosamente pelo franciscano frei Mathias Kiemen, em *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*; p. 121.

cortar, aqui e ali, alguns poucos termos, substituindo as formas *tupis* divergentes pelas *brasilianas*.

Mas, o frade era petulante. É com singular bazofia que nos apresenta as quatro folhas figueirenses remanejadas:

“Saberás, se es gramático, que as partes da oração são oito, e não trato delas, porque por ora não componho a arte (21), mas só o *livro do advérbio*, por ser muito preciso, e por te tirar o trabalho de os andares procurando em diversas partes, e juntamente, não saberes dos que ao presente se usam (22), e como gramático saberás também, que os advérbios são muitos e por eles comumente perguntamos e respondemos” (23).

É por esse gramaticão que D. Martins se toma de entusiasmo, ao ponto de se lhe toldar a visão objetiva.

“Deve ser língua.....”

“Deve ser mesmo *grande língua*, pois não hesita em escrever para gramáticos e pretende (!) escrever uma gramática” (24).

E onde ficou o grande língua? Nas pobres quatro folhas inspiradas na gramática do pe. Figueira e onde degrada o adjetivo *bom* a advérbio?

D. Martins, na sua perspicácia tantas vezes demonstrada, vê, que o autor do tal *Livro do Advérbio* imita flagrantemente a parte respectiva da gramática do pe. Figueira, cuja segunda edição havia aparecido algum tempo antes, mas como que obnubilada, ou dominada por velhas convicções ainda pergunta:

“Que relação haverá entre o *Livro do Advérbio* manuscrito e o capítulo *Do Advérbio da Arte de Gramática da Língua Brasilica* do pe. Luiz Figueira?”

Podemos dar-lhe a resposta muito simples: o tal *Livro* (!) *do Advérbio* de quatro páginas é contrafação do que está em Figueira.

(21) — Aí está a prova de que a gramática referida no vocabulário manuscrito não é dele.

(22) — Isso prova que recorriam aos compêndios dos jesuítas, dos quais certos termos já se não usavam, pois onde, senão aí, poderiam colher palavras fora de uso?

(23) — *Boletim Bibliográfico* etc. N.º 12; p. 141.

(24) — *Ibidem*; p. 136.

(25) — *Ibidem*; p. 140.

Por outro lado, D. Martins vê, que algumas formas léxicas do frade só de longe se assemelham às de Figueira⁽²⁶⁾; porém, de visão tolhida pelo fumo da sua idéa fixa, persiste em ver vetustez em vocábulos, que lembram muito mais o nheengatu do que o tupi.

Até mesmo nas suas conclusões, D. Martins tem a mira nesse alvo impossível:

“Do manuscrito, onde se encontra o *Dicionário*, destaca o capítulo referente a advérbios tupis, mostrando que encerra referências ao seu autor, *muito anterior* a 1751 e, provavelmente autor do vocabulário. Esse capítulo revela curiosas coincidências com o capítulo *Do Advérbio da Arte de Luiz Figueira*”⁽²⁷⁾.

Só lhe falta dizer, claramente, que, se o *Livro do Advérbio* e o *Dpb.* não se devem ao próprio pe. Figueira, são pelo menos de um seu companheiro.

Não lhe escapou daquela feita a insustentável afirmativa, mas não se conteve anos depois, quando, em novas referências ao *Dpb.* e ao *dialeto brasileiro* em geral, emitiu a seguinte opinião indigna do seu porte intelectual e da sua perspicácia:

“O manuscrito original (do *Dpb.*), pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, acusa, ao contrário, um pequeno, mas bem elaborado léxico português-tupi, com todas as probabilidades de pertencer ao início do século 17 e, possivelmente, ser devido ao pe. Luís Figueira e relacionado com a sua *Arte*”⁽²⁸⁾.

Tão perigosa pode ser uma idéa fixa!

Primeiro, fez-lhe esquecer a II. edição de 1687, da gramática do pe. Figueira, que, feita por Bettendorff, e mais recente, devia ser a usada no Maranhão e Amazonas. Depois, o que é muito mais grave, fez com que ache possível serem do pe. Figueira tantas e tantas expressões, como, por exemplo, para citarmos apenas uma,

nitio xa coaub — não sei⁽²⁹⁾!!

(26) — Compare: *nitio*, *aramê*, *mankety*, *ikêkyty*, *urpe*, *curutem*, *mayabê*, *ipupê* etc. etc.

(27) — *Ibidem*; p. 147.

(28) — *Revista do Museu Paulista — Nova Série*; vol. 10, p. 323. — Infelizmente parece que só se lembrou da primeira edição. E foi pena.

(29) — Em tupi é: *n'ai kuabi* — não o sei. Neste pequeno exemplo vemos o quanto já vai de absurdo na mania de não se querer dividir o tupi em períodos, nos quais se veja claramente a evolução histórica.

A rigor, nenhuma destas palavras é tupi, pois lembram muito mais o nheengatu; porém, recuar o seu emprêgo ao tempo do pe. Figueira é imperdoável blasfêmia⁽³⁰⁾.

Tornaremos a tratar de certas alterações do *brasiliano* no fim destes capítulos.

B — O DICIONÁRIO BRASILIANO-PORTUGUÊS

Parece incrível que, depois de comparar o *Dpb.* com o vocabulário *brasiliano-português* de frei Onofre e o *Dbp.*, que frei Veloso tinha começado a elaborar, após a sua publicação do *Dpb.*, Ayrosa escolhesse para II. parte da edição integral o menos aconselhável deles.

Reconhecendo a identidade do *Dpb.* com o reverso de frei Onofre, não estava mais livre a escolha e terminantemente defesa como II. parte, a recopilação muito mais extensa, e lingüísticamente heterogênea de frei Veloso. Impunha-se o de frei Onofre.

Entretanto, Ayrosa, decidindo-se justamente pela compilação de Veloso e completando-a, tem desculpas de pêso. Como poderia êle distinguir diferenças em matéria, que não lhe era familiar? Além disso, o seu Curso precisava de um léxico tupi-português mais completo e mais fiel do que o de frei Onofre. Porque, então perder a oportunidade de pôr à disposição dos estudiosos um trabalho, que, oferecendo embora uma solução precaríssima, representava a única saída do angustioso apêrto inicial.

Foi assim que ao legítimo reverso de frei Onofre se substituiu, na II. parte do *Dpb.* aquela mixórdia do frei Veloso⁽³¹⁾, desigual no desenvolvimento, contraditório no léxico, lingüística e cronologicamente verdadeira arapuca para aquêles desavisados, que tenham em mira o exame do desenvolvimento histórico e geográfico da língua tupi, que seja digno de uma Universidade.

Enquanto o *Dpb.* fixa exclusivamente o vocabulário e certas feições gramaticais da língua-geral do Maranhão e Amazonas,

(30) — Compare os capítulos dedicados a *Nitio* e aos *Lusismos*.

(31) — Veloso, em cumprimento à promessa feita no *Prólogo* da I. edição do *Dpb.*, havia começado a elaborar a II. parte, em que, além do grande número de notas tiradas da gramática de Figueira, extraiu longa lista de verbos e adjetivos de uma cópia do vocabulário jesuítico, os quais, por serem precedidos, segundo a praxe da época, dos seus pronomes da primeira pessoa *a* e *xe*, avolumaram sobremodo os verbetes de iniciais *A* e *X*.

por volta de 1700, na II. parte, incompletamente elaborada por frei Veloso, há muito de Figueira e do *Vlb.* dos jesuitas, sobretudo gramaticalmente, em flagrante conflito com o *Dpb.*; há termos de Marcgrave, Piso, Laet, Vasconcelos e até dos escravos negros aculturados de Santa Cruz (Rio de Janeiro); nomes do Amazonas e Santa Catarina, da Guanabara e de Cuiabá!

Opôs, assim, à I. parte, tão restrita no tempo e no espaço, uma II. enfeixando vocábulos, cujas datas de registo vão da segunda metade do século dezesseis a 1800 e abrangem o Brasil inteiro!

Essa mistificação, ainda que involuntária, nem por isso deixa de ser um atentado indefensável à verdadeira Ciência da Linguagem, pois tem feito vítimas ilustres e as continuará fazendo, se os consulentes não forem devidamente alertados.

Ao preparar para o prelo a II. parte do *Dpb.* Ayrosa notou, que Veloso⁽³²⁾ já incluíra entre os verbetes muitos vocábulos da gramática do pe. Figueira⁽³³⁾. Ainda foi, porém, D. Maria de Paula Martins, que primeiro divulgou o aproveitamento em larga escala de palavras tiradas de um apógrafo do *Vocabulário na Língua Brasilica*, dos jesuitas⁽³⁴⁾.

As provas apresentadas são irrecusáveis.

Nas conclusões, entretanto, teríamos preferido maior comedimento.

Assim, o *Dbp.* publicado por Ayrosa não “inclui o *Vlb.* reverso e resumido”⁽³⁵⁾, mas apenas de uma pequena parte dele.

Também não podemos deixar passar sem reparos a afirmação de que:

“O fato de se estabelecer um *nexo* entre o *Dpb.* e o *Vlb.* além da curiosidade bibliográfica que encerra, tem *interêsse prático* imediato”⁽³⁶⁾.

O que se fez no *Dbp.* não foi estabelecer nexos, mas misturar alhos com bugalhos, o que é cousa muito diferente. Por isso mesmo, não pode haver autor do *Dbp.*; houve apenas com-

(32) — Ayrosa parece hesitar em atribuir a frei Veloso o registo provisório dos verbetes da segunda parte. As notas botânicas e zoológicas, mais a promessa de Veloso no fim do prólogo do *Dpb.* não deixam, porém, dúvidas a respeito. — Veja *Notas sobre o manuscrito da segunda parte*; in *Rev. do Museu Paulista*; t. 18, p. 111.

(33) — *Ibidem*; p. 111-112.

(34) — *Boletim 52 da Fac. Fil. Ciências e Letras da Univ. de São Paulo*; São Paulo, 1945.

(35) — *Ibidem*; p. 11.

(36) — *Ibidem*; p. 11.

piladores de verbetes de dois vocabulários heterogêneos, ainda que afins.

Por isso mesmo, o “interêsse prático” do *Dbp.* só pode ser muito relativo, já que um menos versado não distinguirá um termo *brasiliano* de um *tupi* e não saberá quando a forma de ambos coincide, pois o *Dbp.* é omissivo nessa parte. O seu coordenador, embora pareça inacreditável, nem sonhava com tais complicações nos intrincados domínios da sua espúria *língua tupi-guarani*.

Algumas das provas do que aí afirmamos serão apresentadas a seguir nos estudos comparativos de vários capítulos. O que ficou dito acima são meras amostras do muito que ainda se poderá sistematizar. A nossa intenção, portanto, não foi a de esgotar o assunto, mas tão somente focalizar um capítulo básico da evolução tupi. — Entendamo-nos, porém.

Por ser o *brasiliano* dialeto diferente, aculturado de várias direções, não negamos que haja nêle muita palavra legitimamente tupi. São os termos mais usuais, que, na forma, se mostram geralmente mais resistentes.